

**INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO - IDP**  
**ESCOLA DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP – EDAP/IDP**  
**DIRETORIA GERAL DA ESCOLA DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP**

SGAS Quadra 607 – Módulo 49 – Via L2 Sul – Asa Sul  
CEP 70.200-670 – Brasília – DF – Brasil – Fone: (61) 3535-6565  
Site: [www.idp.edu.br](http://www.idp.edu.br)

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR (PPC)**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **1. Objetivo**

O objetivo do PMPAP-IDP é formar profissionais com capacidade de promover mudanças nas organizações públicas e na oferta de serviços públicos, a partir de um conhecimento sólido, estruturado e atual sobre Administração Pública. Trata-se, portanto, de importante contribuição do IDP ao inevitável processo de modernização pelo qual têm passado os órgãos públicos dos países em desenvolvimento. Isso porque a melhora da gestão pública é, sem dúvida, um elemento que influencia diretamente a capacidade do Estado de oferecer respostas adequadas aos problemas sociais e econômicos.

No caso brasileiro, apesar dos avanços sociais e econômicos observados desde a redemocratização até os dias de hoje, as capacidades técnicas do Estado ainda são limitadas, o que compromete o desenvolvimento social e econômico do país. Para enfrentar os desafios presentes nas políticas públicas de desenvolvimento, é preciso reconhecer que a expansão do conhecimento e capacidades dos servidores públicos é uma condição necessária para a construção de um modelo de organização pública eficiente, eficaz e transparente.

Alinhado com essa premissa, o principal objetivo do MPAP é oferecer aos servidores públicos e profissionais afins um processo formativo com fundamentos acadêmicos e profissionais, que contribua para o processo de modernização do Estado brasileiro e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico e social do país, a partir de um conhecimento sólido, estrutural e atual sobre a Administração Pública. Em outras palavras, o Programa de Mestrado tem como missão desenvolver os conhecimentos conceituais, técnicos e instrumentais necessários para a construção de um perfil profissional capaz de atuar de forma eficiente como um agente de mudança dentro ou em articulação com as organizações públicas.

### **2. Objetivo específico**

São objetivos específicos do MPAP:

- I. oferecer aos servidores públicos um processo formativo com fundamentos acadêmicos e profissionais, que contribua para o processo de modernização do Estado brasileiro e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico e social do país, sem prévias vedações num ambiente propício ao mais destravado diálogo de ideias e proposições jurídicas;
- II. desenvolver os conhecimentos conceituais, técnicos e instrumentais necessários para a construção de um perfil profissional capaz de atuar de forma eficiente como um agente de mudança dentro das organizações públicas;

- III. Formar agentes de mudança de uma cultura burocrática, exclusivamente vinculada ao cumprimento de normas, para uma cultura pós-burocrática e gerencial, vinculada a resultados e baseada em princípios de transparência, equidade e responsabilidade social;
- IV. Propiciar uma formação interdisciplinar que permita, de um lado, o diálogo com os demais saberes administrativos e, de outro, a disposição para conversar abertamente com os outros cientistas, sobretudo os que operam no campo das humanidades;
- V. Fomentar a realização de pesquisas críticas e aplicadas, que reflitam real preocupação com as consequências sociais da Administração Pública, sempre de forma integradora e interdisciplinar;
- VI. Desenvolver junto aos alunos habilidades e competências que os capacitem para a vida profissional;
- VII. Implementar mecanismos de internacionalização, viabilizando o estudo da Administração Pública de uma maneira global e isenta de fronteiras.

Considerando que o Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da EAB se articula em uma única linha de pesquisa, são propostos ainda os seguintes objetivos específicos:

- a. Estudar e discutir os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas sociais voltadas ao desenvolvimento econômico e social do país;
- b. Pesquisar e refletir acerca dos arranjos institucionais, mecanismos de coordenação e de comunicação e os determinantes presentes no processo e implementação de determinada política pública;
- c. Qualificar o discente a aplicar e desenvolver técnicas de monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas sociais.
- d. Analisar experiências de gestão bem sucedida nas três esferas de governo, bem como as principais metodologias e instrumentos de planejamento estratégico no setor público;
- e. Refletir sobre as técnicas e ferramentas envolvidas no processo de construção e implementação de agendas estratégicas;
- f. Discutir acerca dos desafios da gestão municipal e avaliar as novas perspectivas da gestão da informação no setor público;
- g. Investigar sobre os mecanismos de transparência e de accountability do orçamento nos órgãos públicos.

### **3. Perfil do Egresso**

O PMPAP-IDP destina-se aos servidores públicos e profissionais afins de nível superior que trabalham direta ou indiretamente com o processo de formulação, implementação, avaliação e regulação de políticas públicas. Os participantes devem ter experiência mínima de 5 anos no exercício de atividades de gestão governamental e de políticas públicas. A exigência de experiência profissional mínima permitirá o aprofundamento dos debates e de troca de experiências durante as aulas. Por ser um Mestrado Profissional, o PMPAP-IDP privilegia a

discussão de situações reais das organizações públicas, motivo pelo qual a experiência dos profissionais torna-se um pré-requisito importante.

O objetivo do curso é, portanto, atrair profissionais responsáveis pela formulação, implementação, monitoramento e/ou avaliação de políticas públicas e dotá-los de um conjunto de conhecimentos e técnicas que os permitam desempenhar com maior eficiência, eficácia e efetividade seu trabalho. Planeja-se, assim, que o Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP seja frequentado por indivíduos em busca de conhecimento para aprofundar suas capacidades profissionais, assim como enfrentar novos desafios.

Ao final do curso, é esperado que o profissional egresso disponha de um amplo arcabouço conceitual, técnico e instrumental que o permita ser o agente de mudança de uma cultura burocrática, exclusivamente vinculada ao cumprimento de normas, para uma cultura pós-burocrática e gerencial, vinculada a resultados e baseada em princípios de transparência, equidade e responsabilidade social. Nessa linha, espera-se que, em decorrência do caráter profissional da formação discente, o egresso tenha condições de: a) adotar uma perspectiva comparada na análise de políticas públicas; b) realizar diagnósticos com ferramentas e técnicas apropriadas; c) avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas através de métodos confiáveis; d) considerar as questões éticas que podem surgir no exercício da função pública; e) analisar problemas de gestão ou de desenho de uma política pública e propor novas soluções; f) avaliar as possíveis soluções para um determinado problema social e identificar os obstáculos de cada alternativa.

Nesse sentido, o Egresso, portador do Título de Mestre em Administração Pública pela EAB, deve dispor de um amplo arcabouço conceitual, técnico e instrumental que o permita ser o agente de mudança de uma cultura burocrática, exclusivamente vinculada ao cumprimento de novas, para uma cultura pós-burocrática e gerencial, vinculada a resultados e baseada em princípios de transparência, equidade e responsabilidade social.

São exemplos de habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos mestrandos:

I - adotar uma perspectiva comparada na análise de políticas públicas;

II – realizar diagnósticos com ferramentas e técnicas apropriadas;

III – avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas através de métodos confiáveis;

IV - considerar as questões éticas que podem surgir no exercício da função pública;

V – analisar problemas de gestão ou de desenho de uma política pública e propor novas soluções;

VI – avaliar as possíveis soluções para um determinado problema social e identificar os obstáculos de cada alternativa.

#### **4. Estrutura Curricular**

O Mestrado em Administração Pública do IDP está organizado a partir da oferta de disciplinas de 2 créditos (40 horas/aula). O estudante deverá cursar 04 disciplinas obrigatórias – totalizando 10 créditos – 7 disciplinas optativas – contabilizando 14 créditos. Há, ainda, a previsão de 6 créditos para as atividades de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso/Dissertação. Ao final do curso, o estudante deverá ter cursado 30 créditos.

Fluxo Curricular		
Matérias	H/A	Créditos
3 Disciplinas Obrigatórias (40 h/a cada)	120	6
1 Disciplina Obrigatória (80 h/a)	80	4
7 Disciplinas Optativas (40 h/a cada)	280	14
1 Orientação de Dissertação	120	6
<b>Total</b>	<b>600</b>	<b>30</b>

O curso deverá ser concluído, com a defesa da dissertação perante banca avaliadora, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da matrícula no curso.

O Programa prevê a oferta bimestral de disciplinas. As disciplinas são oferecidas preferencialmente, em encontros quinzenais, às sextas-feiras e aos sábados.

As disciplinas obrigatórias são oferecidas pela EAB/IDP ao menos uma vez ao ano. A oferta das disciplinas optativas varia de acordo com a disponibilidade do corpo docente. A Coordenação de Pós-Graduação da EAB/IDP reserva-se o direito de determinar quais disciplinas optativas serão oferecidas a cada ano. As disciplinas oferecidas podem, ainda, sofrer alterações tópicas de conteúdo em semestres diferentes.

As disciplinas optativas são organizadas, para fins didáticos, em torno de cinco áreas de interesse:

- I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social;
- II. Gestão Pública Contemporânea e Modernização do Estado;
- III. Regulação, Concorrência e Infraestrutura;
- IV. Controle da Administração e Combate à Corrupção; e
- V. Gestão do Judiciário e Meios Alternativos de Solução de conflitos

É importante destacar que as cinco áreas de interesse são sub-áreas da linha de pesquisa “Políticas Públicas e Gestão Governamental”. Trata-se de uma organização meramente didática da Linha de Pesquisa, de forma a orientar o estudante em sua escolha de disciplinas. Entre as sete disciplinas optativas que deverá cursar, o estudante poderá optar por qualquer combinação de disciplinas das cinco áreas de interesse, de forma a melhor atender aos objetivos de sua pesquisa. Estimula-se, fortemente, que o estudante curse disciplinas de diferentes áreas de interesse, com vistas a ressaltar o caráter interdisciplinar da formação do mestrando.

Seguem, abaixo, as disciplinas do programa, categorizadas nas respectivas áreas de interesse.

## DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Disciplina	h/a	Créditos
Gestão Pública Contemporânea	40	2
Direito e Políticas Públicas	40	2
Economia, Instituições e Desenvolvimento	40	2
Metodologia de Pesquisa Científica	80	4

### Núcleo 1 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Social

O primeiro núcleo é caracterizado como espaço de estudo e reflexão sobre os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas sociais voltadas ao desenvolvimento econômico e social do país. As disciplinas oferecidas permitirão ao estudante investigar, por exemplo, arranjos institucionais, mecanismos de participação social e os principais determinantes do processo de implementação de determinada política pública e/ou programa social. Com isso, busca-se dotar o mestrando de instrumentos analíticos que o permitam pensar e implementar, de modo mais sistemático e organizado, novas políticas públicas e programas sociais, além de reestruturar políticas e programas já existentes.

As disciplinas oferecidas por esse núcleo são as seguintes:

- Análise e Implementação de Políticas Públicas e Programas Sociais;
- Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais
- Políticas Públicas, Produtividade e Crescimento no Brasil Contemporâneo
- Políticas Públicas, Desenvolvimento e Meio Ambiente
- Laboratório de Políticas Públicas: Inovações no Setor Público
- Políticas Públicas e Desenvolvimento Burocrático
- Políticas Públicas e Crescimento Econômico
- Comportamento Humano e o Desenho de Políticas Públicas
- Federalismo e Políticas Públicas
- Política Social e Desenvolvimento: Teoria e Estudo de caso

### Núcleo 2 – Gestão Pública Contemporânea e Modernização do Estado

As disciplinas desse núcleo estão inseridas no debate mais amplo sobre as formas de atuação e desafios do Estado Contemporâneo. O recorrente processo de transformações sociais, econômicas e tecnológicas das sociedades contemporâneas tem imposto às organizações públicas a necessidade de desenvolvimento de novas estratégias e modelos de gestão para lidar com a multiplicidade de interesses e atores. É nesse ambiente que cresce a importância do conhecimento acerca de modelos de governança estratégica e de práticas de transparência

bem-sucedidas nacional e internacionalmente, que serão amplamente debatidos nas disciplinas desse núcleo.

As disciplinas oferecidas por esse núcleo são as seguintes:

- Planejamento Estratégico no Setor Público
- Estado, Democracia e Governabilidade
- Policy Making, Agenda Setting e a Dinâmica dos Poderes da República
- Gestão de Projetos no Setor Público
- Gestão do Orçamento Público e Federalismo.
- Políticas Públicas, Produtividade e Crescimento no Brasil Contemporâneo

### Núcleo 3 – Regulação, Concorrência e Infraestrutura

As disciplinas desse núcleo têm como foco o estudo do Estado Regulador. Nesse sentido, o núcleo oferecer ao mestrando condições de entender, analisar e aperfeiçoar o arcabouço institucional de regulação atualmente vigente no Brasil, além de melhores práticas verificadas ao redor do mundo. As disciplinas têm como um de seus principais objetivos examinar a regulação de atividades econômicas e de serviços públicos, bem como entender em que condições o mercado livre é capaz de incentivar a melhor alocação de recursos e em que condições é necessária a atuação do Estado no sentido de regular e de estimular a concorrência.

As disciplinas oferecidas por esse núcleo são as seguintes:

- Estado, Regulação e Concorrência
- Direito da Regulação e Concorrência;
- Gestão de Políticas de Infraestrutura;
- Reformas Econômicas e Desenvolvimento;
- Tópicos Especiais em Regulação e Concorrência.

### Núcleo 4 – Controle da Administração e Combate à Corrupção

As disciplinas do núcleo de “Controle da Administração e Combate à Corrupção” tem como objetivo capacitar os estudantes nos instrumentos de controle da Administração e desenvolver conhecimentos e habilidades que lhes permitam atuar com ciência no combate à corrupção na Administração Pública. Nesse sentido, as disciplinas buscam analisar criticamente o arcabouço institucional de controle atualmente vigente no Brasil, bem como avaliar melhores práticas nacionais e internacionais de combate à corrupção.

As disciplinas oferecidas por esse núcleo são as seguintes:

- Administração, Políticas Públicas e Tribunais de Contas
- Novos Mecanismos de Combate à Corrupção
- Responsabilização de Pessoas Jurídicas por Atos contra a Administração

- Controle da Administração Pública: Desafios e Tendências
- Gestão do Judiciário e Meios Alternativos de Solução de Conflitos
- O papel dos tribunais de contas no controle da Administração: aspectos controversos;
- Novos mecanismos de combate à corrupção no direito brasileiro;
- Responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a Administração;
- Financiamento de campanhas, disputas eleitorais e corrupção;
- Tópicos Especiais em Controle e Combate à Corrupção.

## 5. Proposta Metodológica

### a. Metodologia de Ensino baseada em Estudos de Casos

Uma das principais características do MPAP é a metodologia de ensino, que, além de uma sólida formação teórica, confere especial atenção ao aprendizado por meio da solução de problemas (problem based learning), da análise de estudos de casos (case study method) e de aplicações práticas do conhecimento à gestão pública. Dessa forma, busca-se expor o estudante, desde o primeiro semestre, a exemplos reais de técnicas de gestão e de políticas públicas inovadoras implementadas ao redor do mundo. Trata-se de metodologia moderna e inovadora, orientada à educação de adultos e gestores do alto escalão do setor público.

Um dado importante de registro, e que qualificou o conteúdo do ensino e pesquisa, é o teor da última Avaliação Quadrienal da CAPES, em que se pontuou acerca da necessidade de atualização do conteúdo programático das disciplinas do curso, vez que se verificou o predomínio de livros em detrimento de artigos publicados em periódicos de referência na área. A proposta teve boa aceitação da CAPES, a despeito da observação de melhoria. Nesse sentido, visando atender aos critérios regulatórios, a Coordenação do Programa realizou amplo esforço junto ao corpo docente, o que findou em reformulações dos conteúdos dos cursos, sobretudo na perspectiva de planos de ensino com indicação de bibliografia fortemente destacada também em artigos recentes e de periódicos de referência na área.

### b. Centro de Pesquisa

O Centro de Pesquisa (CEPES) do IDP é a unidade acadêmica de pesquisa e integração da graduação e pós-graduação. O centro consolida-se na perspectiva de oferecer condições materiais e de recursos humanos para a criação de grupos e projetos de pesquisa, vinculados ao Diretório de Grupos do CNPq. O Centro possibilita um importante ponto de suporte para que professores e pesquisadores possam submeter projetos, obter financiamentos, prestar contas, ou seja, dispõe de estrutura de assessoria acadêmica para otimização do tempo docente.

Os resultados e produtos das pesquisas são transformados em conhecimento, divulgados no meio científico nacional e internacional e disponibilizados para uma formação diferenciada de nossos docentes e mestrands. Além do mais, o CEPES procura fomentar o debate acadêmico, pesquisas e estudos que são revertidos em publicações para divulgação do que está sendo pensado e produzido pelo IDP, bem como organiza palestras, seminários, semanas de iniciação científica, atividades de extensão e também uma série de ações de responsabilidade social. As disciplinas de graduação TCC 1 e TCC 2 estão formando graduandos pesquisadores e



encorajando os melhores alunos a ingressarem no mestrado, inclusive com estímulos proporcionados pela instituição e pela CAPES.

## 6. Corpo Docente

O Corpo Docente do MPAP foi concebido com base em dois critérios principais: formação acadêmica sólida e experiência profissional. No caso da qualificação profissional, buscou-se profissionais que tivessem inserção atual - ou em passado recente - na administração pública brasileira nas mais diferentes formas. Nesse sentido, o curso é composto por profissionais com experiência nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em diferentes níveis de governo (governo federal, estadual e municipal) e que trabalham diretamente no setor público ou indiretamente como pesquisadores ou consultores na área de gestão pública. Podemos mencionar alguns cargos ocupados por docentes do MPAP: Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senador da República, Ministro do TCU, Ex-Governador de Estado, Secretário de Estado, Diretor de Ministério, Ex-Presidentes de Autarquias (ex. Ibama e Cade) e Ex-Secretários de Ministério, entre outros.

Entende-se que esse é um aspecto fundamental do Programa, uma vez que permite expor, analisar e discutir com os estudantes do mestrado os desafios atuais da gestão pública brasileira. Além disso, a composição do corpo docente favorece uma aplicação mais imediata do ferramental teórico de cada uma das disciplinas à realidade da Administração Pública, o que acentua o caráter “profissional” do Programa, que não apenas se manifesta na seleção dos estudantes, mas que está fortemente presente na composição do Corpo Docente.

Nesse sentido, a formação do grupo que originou Programa de Mestrado teve como objetivo suprir tanto a graduação em Administração (com ênfase em Administração Pública) do IDP como os Programas de Pós-Graduação Lato Sensu e Strictu Sensu da Escola. Para isso, além de um núcleo docente permanente que atende os requisitos de produção intelectual (tanto de publicações qualificadas como de produção técnica), de docência e de orientação, procurou-se formar um conjunto de professores e pesquisadores com maturidade profissional suficiente para sustentar adequadamente a linha de pesquisa do curso. Além disso, conforme já comentado anteriormente, outro critério bastante importante foi a diversidade de formação dos docentes, que se expressa tanto na área de formação quanto nas instituições pelas quais obtiveram seus títulos.

Formou-se, ainda, um grupo de professores colaboradores que, embora não possuam doutorado, trazem ao curso notório saber e destacada experiência como gestores e lideranças públicas, garantindo, assim, a formação de um corpo docente equilíbrio, conforme orientação da CAPES/MEC. A participação desses docentes colaboradores - ainda que limitada, de forma a não caracterizar dependência do programa de professores colaboradores - é fundamental, no sentido de expor os estudantes a diferentes experiências e saberes profissionais.

Dentre os integrantes do corpo docente, muitos atuaram - e alguns ainda atuam - como altos executivos no setor público, tais como:

- Professora Leany Barreiro de Sousa Lemos – é a atual Secretária de Planejamento, Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul. É ex-secretária de Planejamento e Gestão do Distrito Federal. Integrante da carreira de Consultor Legislativo no Senado Federal;
- Professor Antônio Augusto Anastasia – foi Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Secretário de Estado de Planejamento



e Gestão de Minas Gerais, Vice-Governador de Minas Gerais, Governador de Minas Gerais e é, atualmente, Senador da República;

- Professor Luís Henrique Paiva – antigo Secretário da Secretaria Nacional para o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único de Programas Sociais, secretaria responsável pela gestão, monitoramento e avaliação de alguns dos principais programas sociais no âmbito do Governo Federal.
- Professora Suely Guimarães – Ex-Presidente do IBAMA. É consultora legislativa da Câmara dos Deputados.
- Professor Alexandre Gomide, exerce o cargo de Chefe de Assessoria Técnica da Presidência do IPEA e foi Diretor de Regulação e Gestão do Ministério das Cidades e Diretor de Programas de Mobilidade Urbana do PAC.
- Professor Humberto Falcão – Diretor do Instituto Publix e foi Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, delegado no Brasil do Comitê de Gestão Pública da OCDE e Presidente da Rede de Gestão Pública e Transparência do BID.
- Professor Márcio de Oliveira – ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Desta forma, o corpo docente do Mestrado Profissional em Administração é composto por 20 professores, sendo 16 professores vinculados como permanentes, enquanto 4 estão enquadrados como professores colaboradores.

<b>Docente</b>	<b>Currículo Lattes</b>
Alexander Cambraia Nascimento Vaz	<a href="http://lattes.cnpq.br/1561715869384330">http://lattes.cnpq.br/1561715869384330</a>
Alexandre de Ávila Gomide	<a href="http://lattes.cnpq.br/0994601395715984">http://lattes.cnpq.br/0994601395715984</a>
Antônio Augusto Junho Anastasia	<a href="http://lattes.cnpq.br/9798247919674811">http://lattes.cnpq.br/9798247919674811</a>
Caio Cordeiro de Resende	<a href="http://lattes.cnpq.br/9770500330587783">http://lattes.cnpq.br/9770500330587783</a>
Felipe Lopes da Cruz	<a href="http://lattes.cnpq.br/3742058352637351">http://lattes.cnpq.br/3742058352637351</a>
Fernando Boarato Meneguim	<a href="http://lattes.cnpq.br/7733565835713599">http://lattes.cnpq.br/7733565835713599</a>
Gilmar Ferreira Mendes	<a href="http://lattes.cnpq.br/2762195692762798">http://lattes.cnpq.br/2762195692762798</a>
Humberto Falcão Martins	<a href="http://lattes.cnpq.br/3973077511904385">http://lattes.cnpq.br/3973077511904385</a>
João Paulo Bachur	<a href="http://lattes.cnpq.br/0918336197511464">http://lattes.cnpq.br/0918336197511464</a>
José Luiz Rossi Júnior	<a href="http://lattes.cnpq.br/5438394897453785">http://lattes.cnpq.br/5438394897453785</a>
José Roberto Rodrigues Afonso	<a href="http://lattes.cnpq.br/6297334841318823">http://lattes.cnpq.br/6297334841318823</a>
Leany Barreiro de Sousa Lemos	<a href="http://lattes.cnpq.br/3418648846059187">http://lattes.cnpq.br/3418648846059187</a>
Luciana Silva Garcia	<a href="http://lattes.cnpq.br/4391001128596816">http://lattes.cnpq.br/4391001128596816</a>
Luís Henrique da Silva de Paiva	<a href="http://lattes.cnpq.br/1599804524772018">http://lattes.cnpq.br/1599804524772018</a>
Luiz Ricardo Mattos Teixeira Cavalcante	<a href="http://lattes.cnpq.br/5077941505854873">http://lattes.cnpq.br/5077941505854873</a>
Márcio de Oliveira Júnior	<a href="http://lattes.cnpq.br/2241640936878121">http://lattes.cnpq.br/2241640936878121</a>
Pedro Lucas de Moura Palotti	<a href="http://lattes.cnpq.br/9495038512676847">http://lattes.cnpq.br/9495038512676847</a>
Pedro Luiz Costa Cavalcante	<a href="http://lattes.cnpq.br/8696854229474275">http://lattes.cnpq.br/8696854229474275</a>
Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo	<a href="http://lattes.cnpq.br/8757845751582248">http://lattes.cnpq.br/8757845751582248</a>
Weder de Oliveira	<a href="http://lattes.cnpq.br/0780258937926361">http://lattes.cnpq.br/0780258937926361</a>

## **7. Ementa de conteúdos;**

### **a. Disciplinas obrigatórias**

#### **i. Gestão Pública Contemporânea**

Paradigmas de Administração Pública: burocrático, nova gestão pública, nova governança pública. A Nova Governança Pública: qualidades e capacidades institucionais (capacidades estatais, liderança, arquitetura institucional, modelo de gestão, inovação); relacionamento e colaboração (redes, sociedade-Rede, Estado-Rede governança em rede); gestão do desempenho e valor público (estratégia, alinhamento, monitoramento e avaliação).

#### Bibliografia obrigatória

- Falcão-Martins, Humberto & Marini, Caio. 2014. Governança pública contemporânea – uma tentativa de dissecação conceitual. Revista do TCU, edição nº 130.
- Cavalcante, Pedro. 2017. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. IPEA.
- Falcão-Martins, Humberto. 2018. Governança para resultados. In: IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional No 19 pp. 57-66.
- Falcão-Martins, Humberto & Marini, Caio. 2010. Um guia de governança para resultados na Administração Pública. Publix.
- Falcão-Martins, Humberto. 2017. Organizações Sociais: passado, presente e futuro. In: Fux, Luiz; Modesto, Paulo e Martins, Humberto, “As Organizações Sociais após o julgamento da ADIN 1923/2015 no STF”, Forum-Cebraspe, 2017
- Castells, Manuel. 2013. Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet. Zahar.
- Gomide, A. A. & Pires, R. R. 2014. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: Gomide, A. A. & Pires, R. R., Capacidades Estatais e Democracia - Arranjos Institucionais de Políticas Públicas, IPEA.
- Martins, H. F. Repensando modelos de governança com o design thinking. 2014. Congresso do CLAD. Quito.

## ii. Economia, Instituições e Desenvolvimento

O funcionamento das instituições precisa estar corretamente calibrado de forma a contribuir com uma eficiente coordenação do sistema econômico e a promover o desenvolvimento econômico.

O Estado é fundamental neste processo, pois tem o papel de criar várias das regras que fazem a condução da sociedade. As normas e as decisões judiciais, juntamente com os instrumentos que obrigam todos a cumpri-las (polícia, judiciário, fiscalização sanitária, receita federal, agências reguladoras, etc.), fornecem um conjunto de incentivos aos cidadãos e empresas, que têm reflexos sobre a eficiência das transações econômicas.

A Economia disponibiliza uma teoria comportamental, baseada em como as pessoas respondem a incentivos, que permite prever a reação delas diante dos dispositivos legais, superando a intuição e o senso comum. Nesse sentido, serão estudados tópicos de disciplinas como Nova Economia Institucional, Análise Econômica do Direito, Economia do Setor Público, Economia Comportamental, Teoria dos Jogos, Políticas Públicas e Legística, de forma que os alunos adquiram conhecimento teórico e aplicado para azeitar as engrenagens no setor público, promovendo o desenvolvimento econômico.

#### Bibliografia obrigatória

- SALAMA, B. M. Estudos em direito & economia: micro, macro e desenvolvimento. Curitiba: Editora Virtual Gratuita - EVG, 2017. Disponível em: [https://works.bepress.com/bruno\\_meyerhof\\_salama/135/download/](https://works.bepress.com/bruno_meyerhof_salama/135/download/)
- MENEGUIN, F. B.; SILVA, R. S. (org.). Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535244>

- FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos: com aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- COOTER, Robert; ULEN, Thomas. "Law and Economics, 6th edition" (2016). Berkeley Law Books. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu/books/2/>

### iii. Direito e Políticas Públicas

Conexões entre o Direito e as Políticas Públicas, a partir da Constituição de 1988. Direitos sociais e políticas públicas. Constituição como matriz de políticas públicas. A problemática da judicialização. Estudos de casos.

#### Bibliografia obrigatória

- CAVALCANTE FILHO, João Trindade. A Constituição de 1988 como matriz de políticas públicas. In: PAIVA, Paulo; MENDES, Gilmar Ferreira. Políticas públicas no Brasil: uma abordagem institucional. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, p. 1-49, 2006
- Sarlet, Ingo Wolfgang. "Proibição de retrocesso, dignidade da pessoa humana e direitos sociais: manifestação de um constitucionalismo dirigente possível." Bol. Fac. Direito U. Coimbra 82 (2006): 239.
- Morais, Carlos Blanco de. "De novo a querela da "unidade dogmática" entre direitos de liberdade e direitos sociais em tempos de "exceção financeira"." e-Pública: Revista Eletrônica de Direito Público 1.3 (2014): 59-85.
- Holmes, Stephen, and Cass R. Sunstein. The cost of rights: why liberty depends on taxes. WW Norton & Company, 2000.
- Barcellos, Ana Paula de. "Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático." Revista de Direito do Estado 3 (2008): 17-54.
- Barboza, Estefânia Maria de Queiroz; KOZICKI, Katya. "Judicialização da política e controle judicial de políticas públicas." Revista Direito GV 8.1 (2012): 059-085.
- Meneguim, Fernando B. et al. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SENADO FEDERAL: Proposta de abordagem. Brasília: Senado Federal, 2013.
- ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, p. e00194316, 2016.
- VIEIRA JÚNIOR, R. J. A. As Inconstitucionalidades do "Novo Regime Fiscal" Instituído pela PEC nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados). Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, novembro/2016 (Boletim Legislativo nº 53, de 2016). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos).
- FREITAS, P. S; MENDES, F. S. Comentários sobre a PEC do Teto dos Gastos Públicos aprovada na Câmara dos Deputados: necessidade e constitucionalidade da medida. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, novembro/ 2016 (Boletim Legislativo nº 55, de 2016). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos).

### iv. Metodologia de Pesquisa Científica

A pesquisa científica: conceitos, classificação e métodos. Métodos e técnicas de pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. O trabalho monográfico e suas especificações. Elaboração do projeto de dissertação: estrutura e conteúdo. Normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos. Diretrizes de elaboração de dissertação de mestrado: estrutura e conteúdo.

#### Bibliografia obrigatória

- DINIZ, Debora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. Cópia e Pastiche: plágio na comunicação científica. Argumentum. Vitória (ES), ano 3, n.3, v. 1, p.11-28, jan./jun. 2011
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese em ciências humanas. São Paulo: Perspectiva, 2008

- GARY King; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney - Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research. Princeton University Press, 1994. (Capítulo 1 – pp. 3-33).
- ANDERSON, David R., SWEENEY, Dennis J. e WILLIAMS, Thomas A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo, Cengage Learning, 2011, 2ª Edição.
- MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo. Atlas, 2010. Capítulo 4 - Estrutura de um Trabalho de pesquisa científica. (pp. 59-85).
- BECKER, Howard. A epistemologia da pesquisa qualitativa. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies, vol. 1, n. 2, jul 2014, p. 184-198.
- YIN, Robert. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016
- POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- ANDERSON, David R., SWEENEY, Dennis J. e WILLIAMS, Thomas A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo, Cengage Learning, 2011, 2ª Edição.